



Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas.

Maria Antônia de Souza

masouza@uol.com.br

Profa. do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação. Universidade Tuiuti do Curitiba, Paraná, Brasil. Professora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná.

1. Introdução

Este trabalho é oriundo das nossas investigações sobre movimentos sociais de luta pela terra, bem como das reflexões empreendidas na disciplina “Movimentos sociais no Brasil Contemporâneo”. Fontes documentais, bibliográficas e entrevistas contribuíram com a ampliação das reflexões sobre participação, movimentos sociais e práticas democráticas. O objetivo deste texto é salientar características de movimentos sociais presentes na sociedade brasileira, destacando o formato da participação e as possibilidades existentes no contexto da construção das práticas democráticas.

Na caminhada analítica, autores como Avritzer, Dagnino, Gohn, Melucci, Scherer-Warren, Sousa Santos e Touraine, resguardando as singularidades teóricas dos mesmos, foram utilizados para fundamentar conceitos tais como *participação*, na faceta

emancipatória; *movimentos sociais* como categoria analítica que expressa relações sociais estabelecidas entre atores sociais e no interior deles; *práticas democráticas*, impulsionadas pela ação dos movimentos sociais, que possibilitaram a construção de uma “nova noção de cidadania”, ou seja, cidadania como estratégia política (Dagnino, 1994).

No Brasil, o enfoque teórico oriundo do marxismo tem forte presença nas análises dos movimentos de trabalhadores, sejam eles vinculados ao espaço urbano e/ou rural. Tais movimentos, quando se referiam ao espaço urbano possuíam um leque amplo de temáticas como por exemplo, as lutas por creches, por escola pública, por moradia, transporte, saúde, saneamento básico etc. Quanto ao espaço rural, a diversidade de temáticas expressou-se nos movimentos de bóias-frias (das regiões cafeeiras, citricultoras e canavieiras, principalmente), de posseiros, sem-terra, arrendatários e pequenos proprietários.

Cada um dos movimentos possuía uma reivindicação específica, no entanto, todos expressavam as contradições econômicas e sociais presentes na sociedade brasileira; contradições perversas aos trabalhadores no contexto do modo de produção capitalista. No final do século XX e início do século XXI, as análises sobre os movimentos sociais adquiriram influências das correntes francesa e italiana, lembrando Touraine e Melucci. Temas como cultura, identidade, ação coletiva e diversidade entraram no cenário analítico construído pelos estudiosos dos movimentos sociais.

No início de século XX, era muito mais comum a existência de movimentos ligados ao rural, assim como movimentos que lutavam pela conquista do poder político. Em meados de 1950, os movimentos nos espaços rural e urbano adquiriram visibilidade através da realização de manifestações em espaços públicos (rodovias, praças etc). Os movimentos populares urbanos foram impulsionados pelas Sociedades Amigos de Bairro – SABs - e pelas comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Nos anos 1960 e 1970, mesmo diante de forte repressão policial, os movimentos não se calaram. Havia reivindicações por educação, moradia e pelo voto direto. Em 1980 destacaram-se as manifestações sociais conhecidas como “Diretas já”.

Em 1990, o MST e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos, tais como os movimentos sindicais de professores. A sociedade brasileira e nela a ação dos movimentos sociais vêm construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas, seja no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da

sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.

A sociedade brasileira tem presenciado e participado das ações coletivas do final do século XX e início do XXI, expressas nas manifestações pela Paz; contra a Violência; contra o Desemprego; por melhorias salariais e contra a privatização do patrimônio estatal, dentre outras. O cenário político no qual tais ações são desencadeadas é composto por forças sociais que defendem um projeto político norteado para o desenvolvimento econômico e por forças sociais que focalizam o desenvolvimento social do país. Tais forças sociais com formato local, são constituídas no movimento das transações econômicas internacionais e na dinâmica das demandas societárias locais e globais.

Concomitante às ações coletivas que tocam nos problemas existentes no planeta (violência, por exemplo), há a presença de ações coletivas que denunciam a concentração de terra, ao mesmo tempo que apontam propostas para a geração de empregos no campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); ações coletivas que denunciam o arrocho salarial (greve de professores e indústrias automobilísticas); ações coletivas que denunciam a depredação ambiental e a poluição dos rios e oceano (lixo doméstico, acidentes com navios petrolíferos, lixo industrial); ações coletivas que têm o espaço urbano como locus para a visibilidade da denúncia, reivindicação ou proposição de alternativas.

As passeatas, manifestações em praça pública, difusão de mensagens via internet, ocupação de prédios públicos, greves, marchas entre outros, são características da ação de um movimento social. A ação em praça pública é o que dá visibilidade ao movimento social, principalmente quando este é focalizado pela mídia em geral. Os movimentos sociais são sinais da (na) sociedade que podem provocar impactos conjunturais e estruturais, em maior ou menor grau, dependendo de sua organização e das relações de forças estabelecidas com o Estado e com os demais atores coletivos de uma sociedade.

2. Os movimentos populares que demandam moradia e equipamentos sociais.

A ausência de moradia é uma das contradições sociais engendradas no bojo do modo de produção capitalista. A demanda por moradia no espaço urbano brasileiro tornou-

se acirrada a partir dos anos 1940. Um dos fatores que explica tais demandas é a migração campo-cidade, situação que teve sua gênese no processo de industrialização do país, por um lado. E, por outro lado, pela crise que assolou a agricultura, pois muitas culturas que utilizavam grande número de mão-de-obra sofreram refluxos. Também, no contexto da agricultura, a chamada modernização do campo contribuiu para a diminuição da mão-de-obra empregada, em função da inserção de maquinários agrícolas e da concentração fundiária. Foram, portanto, as contradições inerentes ao modo capitalista de produção que provocaram a mobilização social e situações de exclusão. Tem-se a modernização tecnológica, com alguns elementos fundamentais para o desenvolvimento do país, no entanto, na contramão tem-se o desemprego ou a ampliação do exército de reserva de mão-de-obra, principalmente, quando o projeto político governamental tende a valorizar as dimensões da macroeconomia (investimentos internacionais, endividamento externo, pagamento de juros, aquisição de tecnologias produzidas em outros países etc).

A demanda por moradia é um dos aspectos da luta organizada pelos movimentos populares urbanos. As Sociedades Amigos de Bairro – SABs – constituíram historicamente o embrião do que seria conhecido como movimento popular urbano. Este é caracterizado pela presença de trabalhadores assalariados, que na maioria dos casos “mora” nos espaços periféricos, distantes do centro da cidade e do local de trabalho. Esta situação ocasiona a necessidade de equipamentos públicos, tais como transporte, escolas, postos de saúde, creches etc. Tais necessidades quando evidenciadas no formato “carência” contribuem para a organização da população local. As organizações, em meados do século XX, foram assessoradas por alas progressistas da Igreja Católica, especialmente a partir dos anos 1960, quando esta investe na articulação dos moradores de bairros, em função de cada uma das carências vividas. Utilizando-se de uma metodologia de trabalhos em grupos e partindo de temas vinculados ao cotidiano, a referida instituição constituiu-se numa das mediadoras no processo de organização social.

Doimo (1995) cita fatos importantes na consolidação do movimento de luta por moradia, tais como o ocorrido em 1967, ou seja, o I encontro dos favelados do Rio de Janeiro; em 1975, a criação do movimento de Defesa do Favelado e União dos Movimentos de Moradia Popular. Mostra que as estratégias de luta baseavam-se no fortalecimento da base do movimento; encontros locais e regionais para trocas de experiência; assessoria da

Igreja Católica; elaboração de boletins e documentos que destacavam o “problema da moradia nas grandes cidades”.

O processo de urbanização, principalmente, nas grandes cidades, é influenciado pela atuação da sociedade civil organizada, que demanda junto ao poder público local, um conjunto de medidas e direitos fundamentais à reprodução social e à própria dinâmica das relações de trabalho, a exemplo das lutas por creche.

O movimento de luta pela moradia e pelos equipamentos públicos fundamentais, contribuíram com o processo de efetivação e conquistas de novos direitos. Por exemplo, ao longo dos anos 1990, a luta pelas condições de circulação, por parte dos portadores de necessidades especiais, foi uma constante na sociedade. Tal mobilização ocasionou ações como o rebaixamento de calçadas, construção de rampas para acesso a pisos superiores para possibilitar o acesso ao transporte coletivo entre outras. Quanto ao direito à moradia, vários programas habitacionais foram organizados, ao lado das ações comunitárias do tipo mutirão, que contribuíram para a organização de bairros com casas populares.

Assim, os movimentos populares urbanos inserem na pauta do Estado a reivindicação aos direitos essenciais para a vida e para a reprodução social da classe trabalhadora. A cidadania como estratégia de luta manifesta-se tal qual apontada por Dagnino (1994). A luta pela moradia e pelos equipamentos públicos necessários à reprodução social da família, explicitam a luta pela qualidade de vida, quando as temáticas sócio-ambientais tais como higiene, água, lixo, esgoto, reflorestamento entre outros são apontadas nas pautas de reivindicações e ações tanto dos atores da sociedade civil quanto do Estado, nas suas dimensões municipais, estaduais e nacional.

3. Luta por Educação e Escola Pública.

A educação é um dos direitos sociais definidos no Título II, capítulo II, artigo 6º da Constituição Brasileira (1988). No artigo 205, do capítulo 3, do título VIII, está expresso que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, p.49).

Desde a década de 1930 temos presenciado a elaboração de manifestos relacionados à educação, dentre eles destacam-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1930) e a Campanha em Defesa da Escola Pública (1950).

Conforme destacado por Gohn (1992) o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, dos anos 1980, “... surgiu como expressão de novas formas de agregação dos interesses da sociedade civil, principalmente através da atuação de entidades, aglutinando coletivos socialmente organizados e não apenas indivíduos, pioneiros ou notáveis ...” (p. 79). Foram inúmeras as entidades que participaram do referido Fórum, dentre elas podemos citar a Central Única dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes, a Associação Nacional de Educação, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Segundo Gohn (1992) as entidades eram articuladas por um eixo comum que era a defesa pela escola pública e a postura de oposição político-partidária ao regime militar.

A não garantia deste direito, de forma plena, tem fomentado o surgimento de ações coletivas orientadas para a reivindicação da educação escolar e da gratuidade do ensino. As lutas por escola pública foram impulsionadas nos anos 1960 e 1970, inicialmente suas reivindicações voltavam-se para a construção de prédios escolares; depois para o aumento de vagas e qualidade de ensino. Em 1968 o Movimento Estudantil destacava-se pela reivindicação de “liberdade de expressão” e por mais vagas nas universidades públicas. Desde 1940 existem programas de alfabetização de adultos, que nos anos 1990 transformaram-se na modalidade escolar “educação de jovens e adultos” (EJA), diante do grande número de analfabetos “reais” no país – 11% definido pelo IBGE; ao lado de 50 milhões de analfabetos funcionais.

Na medida em que o processo de urbanização sofre acelerações, impulsionadas pela dinâmica capitalista, as lutas pela garantia dos direitos sociais são ampliadas. Assim, com o crescimento das cidades e a necessidade de instrução escolar para a conquista de “um melhor emprego”, em meados do século XX (1940 – 1970) as ações coletivas reivindicando construção de prédios escolares de ensino fundamental (antigo primário e ginásial) foram intensificadas. Posteriormente, as demandas pelo ensino médio (antigo secundário, colegial e 2º grau) foram ampliadas. Na seqüência, foram as lutas pelo acesso à Educação Superior gratuita. No entanto, nos dias atuais, diante da necessidade de

ampliação das vagas no âmbito da Educação Superior, há incentivos para a intensificação das faculdades e universidades de cunho privado. A luta por escola é movida pela esperança de “uma melhoria nas condições de vida”.

Um dos movimentos marcantes no campo da educação foi o de Reformas de Base da Educação, iniciado com um projeto de lei que criava uma legislação nacional de educação (Gohn, 1995). Após longo processo de tramitação (1949-1961), finalmente foi aprovada em 1961 a primeira Lei Nacional de Educação, que entrou em vigor em 1962 (Lei 4.024/1961). Na década de 1980 foi organizado o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, tendo importante papel na elaboração de uma proposta de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ao lado deste movimento, vários outros oriundos de bairros paulistanos que lutavam por escola pública foram estudados por Spósito (1984 e 1993) e por Campos (1989), na cidade de Belo Horizonte. Estes são movimentos populares que expressam as suas demandas principalmente através de abaixo-assinados e passeatas. É na organização local que os moradores, mediados por representantes da Igreja e intelectuais engajados em movimentos sociais, constroem a noção de direito social e de que a educação é um destes direitos, garantidos por lei. Ampliam as estratégias de lutas e, conseqüentemente, observam a importância da participação popular na efetivação de direitos formalizados e nos espaços do tipo Conselhos que existem tanto no âmbito da educação quanto nos outros campos sociais, tais como a saúde, por exemplo.

Os movimentos de luta pela educação e escola manifestam ações oriundas de sujeitos sociais individuais, a exemplo dos Pioneiros da Educação, e ações de sujeitos coletivos, como é o caso dos Fóruns em Defesa da Escola Pública e das Associações de Moradores que demandam educação entre outros equipamentos públicos.

Na atualidade, está em desenvolvimento um movimento que luta pela educação *do* campo, organizado por várias entidades, dentre elas o MST. Trata-se de um processo que teve início em meados dos anos de 1990, impulsionados pela necessidade da educação de jovens e adultos, das áreas de assentamentos rurais. Foi organizado um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, composto por atores tais como movimentos sociais, universidades e governo federal, além de outros parceiros (Alas da Igreja, Sindicato, Organização Não-Governamental) existentes nas diferentes regiões do Brasil.

Evidencia-se uma nova faceta no processo de luta pela educação, ou seja, a parceira e a idéia de descentralização das ações no âmbito social, abrindo espaço para a atuação da sociedade civil, o que não pode ser confundido com o repasse de funções do Estado para a sociedade civil, ainda que isto tenha ocorrido em alguns projetos. De qualquer forma, deve ser analisada a possibilidade de atuação/participação dos atores da sociedade civil, nestes espaços de parceria, a fim de propor novas práticas sociais, pautadas em relações democráticas.

Ainda, há necessidade de pensar os movimentos de professores, que mantêm em sua pauta de reivindicação a idéia de uma escola de qualidade, ao lado das reivindicações salariais. Tais movimentos não têm tido muita visibilidade, o que não significa que a escola vai “muito bem”, ao contrário, as salas de aulas estão cada vez mais cheias, os professores descontentes com o salário, inúmeros cursos de especialização são organizados com o intuito de que o professor possa ter uma ascensão salarial (conforme as políticas de cada estado), o lugar da pesquisa tem sido ofuscado. Mesmo assim, os números apresentados pelo MEC apontam que houve um crescimento nas matrículas escolares, o que é fato, no entanto, os números acerca da desistência e repetência escolar são camuflados pelos Programas de “correção de fluxo” e “aceleração”, dentro outros, conforme cada realidade municipal e estadual.

Portanto, o movimento de luta pela escola e pela educação no geral, possui especificidades, tais como as apontadas acima, no entanto, esta reivindicação básica está presente na pauta de inúmeros outros movimentos sociais, dentre eles o MST, que possui um setor específico para a reflexão, proposição e ação no campo educacional.

4. A luta pelo acesso e permanência na terra.

A luta social pelo acesso e permanência na terra é uma das presentes no Brasil desde a chegada dos portugueses. Intensificaram-se no século XX, a partir das Ligas Camponesas, dos movimentos de bóias-frias e da atuação do MST, fundado em 1984.

Nos primórdios do Brasil, as temáticas dos movimentos sociais relacionavam-se à abolição da escravidão e à conquista da independência política do país. No âmbito do espaço rural destacam-se os movimentos de Canudos (final do século XIX), iniciados com

os protestos de homens do campo relativos à cobrança de impostos, tendo construído um modo de vida coletivo no sertão nordestino. É preciso lembrar, no século XX, o movimento do Contestado (1912) ocorrido nas fronteiras entre os estados do Paraná e Santa Catarina, tendo em cena os trabalhadores sem-terra da região, o governo e o capital estrangeiro. Ainda, no século XX, o movimento de bóias-frias, estudado por D’Incao (1983), teve presença marcante no que diz respeito às reivindicações trabalhistas, na década de 1950. Foram registrados outros movimentos envolvendo posseiros e grileiros, tais como o de Porecatu e a Revolta dos Posseiros no estado do Paraná. Em meados dos anos de 1950 foram organizadas as Ligas Camponesas, posteriormente houve a criação de sindicatos no meio rural.

Após os anos de 1950, vários movimentos sociais do campo reivindicavam reforma agrária, em praticamente todas as regiões brasileiras. No sul do país, tais movimentos ampliaram-se em função dos conflitos entre posseiros e grileiros e entre os trabalhadores que habitavam regiões que foram alagadas com a construção de hidrelétricas, a exemplo do ocorrido no local que foi ocupado pelo lago de Itaipu/Paraná.

No final dos anos de 1970, focos do que seria o MST surgiram nos três estados do sul do país, sendo o marco de origem, o Rio Grande do Sul. O MST constitui-se num sujeito coletivo que impulsiona a inserção de novos elementos na configuração da cultura política (organização dos trabalhadores, formação e negociações políticas, estratégias massivas de atuação), suscitando questionamentos sobre as injustiças sociais na sociedade em geral, e especificamente no campo. Estudiosos do MST, dentre os quais Fernandes (1996 e 2000), têm registrado a história do MST no país.

O cenário onde se dá a atuação do MST é permeado pela ação do Estado, que ora se manifesta conservador em relação aos conflitos no campo – por exemplo, com a morosidade no processo de desapropriação e resistência na realização da Reforma Agrária – ora tende a ser parceiro, através da elaboração de convênios envolvendo o MST, tais como o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da Reforma Agrária, ou os convênios que implicam a liberação de técnicos para atuação nos assentamentos, tais como o projeto Lumiar¹. O referido cenário político também é composto pela ação da classe dos grandes

¹ - Convênio que existiu entre o governo federal e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola/ANCA, prevendo a contratação de técnicos agrícolas para atuação nos assentamentos rurais. No ano de 2000, o projeto Lumiar foi extinto.

proprietários que, durante os anos 1980, criou a União Democrática Ruralista (UDR) com o objetivo de defender os interesses dos grandes proprietários. Posteriormente, os proprietários se articularam para a formação de um grupo que atuasse no Congresso brasileiro, formando assim, nos anos 1990, a Bancada Ruralista. Neste contexto, um dos fatores importantes é que o MST não é um movimento localizado, mas nacional, porque está presente em 24 dos 26 estados que compõem o país. O citado movimento recebe apoio de sindicatos, CPT² e outras entidades nacionais e internacionais. Em termos de comunicação está tecnologicamente organizado; por exemplo, possui endereços eletrônicos e sites na internet com informações sobre a luta nos vários estados. Os seus dirigentes mantêm-se atualizados sobre as discussões político-econômicas nacionais e internacionais, o que os fundamenta em suas críticas e propostas políticas. Tornou-se uma organização altamente burocratizada, composta de técnicos e profissionais militantes preocupados com a elaboração e execução de projetos vinculados tanto à viabilização social e econômica dos assentamentos, quanto à concretização dos objetivos político-ideológicos da organização.

Os movimentos de luta pelo acesso e permanência na terra sofreram modificações, principalmente durante o século XX. Tais transformações podem ser visualizadas no *formato da organização* dos mesmos, por exemplo, de movimentos locais passam para a esfera nacional, caracterizados pela circulação de informação em tempo real; possuem articulações internacionais com movimentos e organizações sociais de vários tipos, que lutam por terra, que são contrários à produção de alimentos transgênicos, que focalizam a importância dos cuidados com as reservas hídricas, com a vegetação etc; utilizam a mídia no geral, como um dos meios de inserção da temática “concentração da terra e reforma agrária” no cotidiano das pessoas, mesmo sabendo que a relação é de dupla face, ou seja, ao mesmo tempo que adquirem visibilidade, podem ser demonizados. Outra faceta das modificações refere-se ao conjunto de reivindicações que comportam desde temáticas locais, como nacionais, denotando a preocupação com o modo de produção existente no país e com a possibilidade de construção de uma sociedade diferente.

Pensando cidadania como a conquista de direitos, é evidente nos movimentos ligados ao campo, a *busca pela efetivação do direito à vida* expressos nas temáticas alimentação, trabalho, saúde e educação, para lembrar alguns.

² - Comissão Pastoral da Terra.

5. Movimentos sociais e temáticas ambientais.

Nos últimos 20 anos, as questões ambientais têm conquistado visibilidade na mídia e despertado o interesse da sociedade como um todo. O efeito estufa e suas conseqüências são preocupações planetárias. A discussão recente está em torno do protocolo de Kyoto – que objetiva a redução de emissões de óxidos de enxofre, de óxidos de nitrogênio, mercúrio e dióxido de carbono, principalmente pelos denominados países desenvolvidos. Os grupos sociais ambientalistas repudiam a atitude norte americana de não assinar o protocolo de Kyoto.

No Brasil, especialmente a partir de 1980, grupos ambientalistas preocupam-se com a poluição dos rios e sonora, com a eliminação de áreas verdes e com o crescimento “desordenado” das cidades. A temática ambiental adquire destaque com a ação das ONGs ambientalistas.

As Organizações Não-Governamentais têm sido um dos atores da sociedade civil que mais tem se espacializado, no país. Umas estão vinculadas à luta por direitos sociais; outras ligadas à educação, ecologia etc. Constituem-se num dos atores do Terceiro Setor que têm dinamizado a elaboração de parcerias entre Estado e sociedade civil. As ONGs nem sempre representam sujeitos coletivos, como é o caso dos movimentos sociais, associações de moradores etc. Elas contribuem para a ampliação de políticas sociais, no entanto, como afirma Gohn (2000) são atendidos sujeitos/cidadãos individuais e não o sujeito coletivo. Outros atores presentes na atualidade, em vários países, são os Fóruns Sociais, tais como o ocorrido em Porto Alegre, em 2001, 2002 e 2003, que são expressão da conexão entre vários atores da sociedade civil e o fortalecimento da mesma, via redes internacionais possibilitadas pela mídia, pelas redes de informática e pelo espaço público criado no momento de realização do Fórum Social.

As ONGs ambientalistas e ecológicas “nasceram e vêm acompanhando a existência de vários movimentos sociais, participando ativamente de vários movimentos sociais, como a ECO 92 e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o meio ambiente e o Desenvolvimento” (Gohn, 1997b, p. 62-63).

No campo ambiental há um conjunto de “agir simbólico” que pode ser visualizado nos abraços às árvores; plantio de árvores simbolizando um fato histórico; invasões de plantações de soja transgênicos; ações como a do Greenpeace – pressão institucional e formação de opinião pública, por exemplo.

Os movimentos e organizações ambientalistas fortalecem a sociedade civil, questionando a legislação e política ambiental; enfatizando o desenvolvimento sustentável e os produtos orgânicos. São movidas por problemáticas locais que se tornam global (Chico Mendes) e vice-versa, a exemplo dos produtos transgênicos e do efeito estufa. São questões locais e globais que fazem parte do nosso cotidiano e, neste sentido, os vários movimentos sociais, de uma forma ou de outra tangenciam questões ambientais. No contexto do MST houve a comemoração dos 15 anos do mesmo com a ênfase num ato simbólico, o plantio de 15 árvores em cada lote ou assentamento. Os movimentos de luta por moradia e equipamentos sociais, envolvem a reivindicação de coleta seletiva de lixo e tratamento da água por exemplo. Os movimentos de luta por saúde, em primeiro lugar apontam a necessidade com os cuidados ambientais, assim como, no passado estiveram focalizando os medicamentos compostos por ervas medicinais (ênfase na organização de horta medicinal, tanto no espaço urbano quanto no rural).

6. Realidade conjuntural e a emergência de movimentos sociais.

Na análise dos movimentos e grupos sociais populares no Brasil, devem ser considerados os elementos da conjuntura econômica e política do país. A década de 1990 foi concluída com ações governamentais baseadas em Medidas Provisórias; houve privatização de empresas estatais, a exemplo do Banco Banespa/SP, Banco Banestado/PR, Telefonia, Companhias de Energia Elétrica e a Companhia Vale do Rio Doce; novos acordos com o FMI, que pressupõem cortes nos gastos públicos, especialmente com saúde e educação; queda do poder aquisitivo dos salários e ataque “repressivo” a todos os tipos de ações coletivas.

O MST que no início dos anos 1990 intensificou as suas ações – promovendo ocupações simultâneas de terra – enfrenta dificuldades oriundas tanto da sua própria organização interna quanto das atitudes empreendidas pelo governo federal, tais como

cancelamento de convênios técnicos e não desapropriação (por parte do governo) das áreas ocupadas pelos sem-terra. Ao lado destas ações, a criação do Banco da Terra (governo federal) e das vilas rurais (estado do Paraná) intenta contribuir para a dispersão da base social que compõe o MST, principalmente quando das ocupações de terra.

Os problemas estruturais continuam presentes no país: forte dependência do capital externo; concentração fundiária; elite e seus representantes predominado no campo das gestões políticas e administrativas, além da corrupção desenfreada. No campo conjuntural, a favelização, os moradores de rua, a fome e a violência generalizada têm tido destaque na mídia e no cotidiano.

Neste início de século, o Brasil está diante de um momento possível e potencial para mudanças. Trata-se da nova equipe de governo e das propostas sociais que vêm sendo gestadas no seio da gestão governamental federal.

7. Conquistas e desafios na construção da democracia e cidadania.

Os movimentos sociais constituem a face mais visível do que ocorre no interior de um Estado Nacional ou no planeta, como por exemplo as ações do Greenpeace; do movimento Zapatista e do MST. São movimentos que denunciam realidades construídas pela humanidade, no contexto da luta de classes engendradas sob a égide do modo de produção capitalista.

Boaventura Sousa Santos (2001a) analisando a preparação para o II Fórum social mundial, destaca que: “estamos perante um novo horizonte civilizatório, uma proposta de luta política que extravasa aspectos significativo do patrimônio político progressista que herdamos dos séculos 19 e 20”³. O autor distingue três aspectos essenciais, a saber: 1- concepção do poder e de opressão. “O neoliberalismo, mais do que uma versão específica do modo de produção capitalista, é um modelo de civilização assente na intensificação dramática das desigualdades nas relações sociais. Essa desigualdade assume múltiplas formas, que são outras tantas faces da opressão”. 2- Equivalência entre os princípios da igualdade e diferença. “Vivemos em sociedades repugnantemente desiguais. Mais a igualdade não nos basta. A igualdade, entendida como ‘mesmidade’ acaba excluindo o que

³ - Jornal Folha de São Paulo, 10 de abril de 2001.

é diferente. Tudo o que é homogêneo tende a se transformar em violência excludente. As diferenças veiculam visões alternativas de emancipação social, cabendo aos grupos que são titulares delas, decidir até que ponto pretendem se hibridizar”. 3- Democracia e conquista de poder. “ Se são muitas as formas de poder, de nada vale conquistar o poder de Estado se a sociedade não for transformada”. O autor afirma que a democracia interna é a regra de outro.

Diante do exposto, um dos desafios dos movimentos sociais está na articulação conjunta, resguardadas as diferenças, para a elaboração de propostas que possam ir para além da globalização econômica, que avance na direção de uma globalização social.

Santos (2001b)⁴ denomina globalização alternativa “as alianças entre os diferentes movimentos sociais e iniciativas que estão resistindo e propondo alternativas criativas à exclusão social”. O autor salienta a democracia participativa como uma alternativa à exclusão social, cita como exemplo o Fórum Social Mundial.

Os movimentos sociais constituem uma das chaves centrais na construção democrática do país. Não se trata, apenas, de uma democracia institucional, mas de práticas sociais democráticas no interior da sociedade (Dagnino, 2000). Há uma sociedade civil com embriões organizacionais, que possui como desafio a construção de propostas para a “união de forças”.

É possível concluir que os atores sociais da sociedade civil organizada, dentre eles, ONGs, movimentos sociais e grupos coletivos têm potencial para exercer o fortalecimento da sociedade civil, visando a construção de uma globalização social. No entanto, os focos de poder estão espalhados no interior de nossa sociedade e nossas mentes – um dos desafios está no como pensar o OUTRO como EU. O Estado possui fortes mecanismos de destruição e/ou cooptação de atores da sociedade civil – exemplo: a onda imagética destrutiva imposta sobre o MST (especialmente nos anos de 1990).

O Estado tem como uma de suas funções a garantia dos direitos e da cidadania, portanto, a sociedade civil tem o papel de se fortalecer na busca do “direito a ter direitos”. No Brasil, o final dos anos 1990 intensificou o fortalecimento do Terceiro Setor e as parcerias entre sociedade civil e Estado. Em muitos casos a sociedade civil tornou-se proponente e executora de ações voltadas às dimensões sociais – vide por exemplo os

⁴ - Jornal Folha de São Paulo, 21 de maio de 2001.

projetos educacionais. São experiências, que dependendo da maneira como são gestadas, fortalecem as práticas sociais democráticas no interior da sociedade civil. Outras ações levam ao voluntariado assistencialista que pode contribuir para amenizar uma situação conjuntural, mas que não afeta as raízes dos problemas sócio-econômicos, ou seja, a estrutura da sociedade.

Com relação às categorias analíticas é possível afirmar que o desafio está na compreensão das formas participativas em desenvolvimento no país e planeta. Preliminarmente e, como conclusão deste texto, poderíamos pensar as seguintes temáticas categóricas: Práticas locais e globais; Objetivos planetários; Confronto entre Estados Soberanos e Estados cuja Soberania está sendo afetada – exemplo: a América Latina, excluindo Cuba, e a submissão em relação aos Estados Unidos; Práticas democráticas – mais e menos consolidadas; Pontualidade de alguns movimentos sociais e amplitude de outros e, por fim, a idéia de Cidadania global. Outro fator importante a ser considerado é a predominância de movimentos populares no contexto das sociedades em desenvolvimento, concomitante às ações coletivas que trazem novos elementos tais como o “direito à diferença, pautado na igualdade”, a identidade pensada no contexto das singularidades.

Cada um destes temas merece um cuidado especial. Não estamos mais diante da oposição entre classe operária e proprietários dos meios de produção, no âmbito local, embora as classes sociais estejam presentes no planeta. Estamos diante do que Santos (2002) descreve como “... uma classe capitalista transnacional está hoje a emergir cujo campo de reprodução social é o globo enquanto tal e que facilmente ultrapassa as organizações nacionais e trabalhadores, bem como os Estados externamente fracos da periferia e da semiperiferia do sistema mundial” (p.32).

Ao mesmo tempo que visualizamos inúmeras ações coletivas e nelas os movimentos sociais, de cunho local e planetário, articulados via mídia eletrônica, presenciamos organizações pontuais que *podem possibilitar a ampliação de práticas democráticas* ou *manter uma atuação isolada* com relação aos demais atores da sociedade civil. Cabe aos atores organizados da sociedade, na busca de um projeto alternativo para o país, pensarem estratégias de atuação conjunta e “comunicativa”.

Referências

- CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. SP: Loyola, 1989.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. SP: Brasiliense, 1994.
- _____. Cultura, cidadania e democracia. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. SP/RJ: Paz e Terra, 2002.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DOIMO, Ana. **A vez e a voz do popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. RJ: Relumê-Dumará: ANPOCS, 1995.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. SP: Hucitec, 1996.
- _____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. SP: Cortez, 1992.
- _____. **História dos Movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. SP:Loyola,1995.
- _____. Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. SP: Loyola, 1997a.
- _____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. SP: Cortez, 1997b.
- _____. **Mídia, Terceiro Setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In **Revista Lua Nova**, Cedec, nº 17, de junho. São Paulo, 1989.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: Heller, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. RJ:Contraponto, 1999.
- _____. **A crítica da razão indolente**. SP: Cortez, 2000.
- _____. O novo milênio político. **Jornal Folha de São Paulo**, 10 de abril de 2001. São Paulo, 2001 a.
- _____. Democracia convive com fascismo social. **Jornal Folha de São Paulo**, 21 de maio de 2001. São Paulo, 2001 b.
- _____. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **A globalização e as ciências sociais**. SP: Cortez, 2002.
- SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola**. SP: Loyola, 1984.
- _____. **A ilusão fecunda**. SP: Hucitec, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- _____. **Cidadania sem fronteiras**. SP: Hucitec, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. **Entrevista concedida ao Programa Roda Vida**. TV Cultura, São Paulo, 1997.
- _____. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.